

Amílcar da Silva Ramada Curto [1885- 1961] reúne a feliz particularidade de ter sido um parlamentar e ministro que iniciou a sua carreira política no Partido Republicano Português (PRP) e que, depois da Jornada de Monsanto de 1919, se tornou socialista, iluminando, assim, um percurso riquíssimo de transição política.

Inicia-se na política com a Greve Académica de 1907 e entra nas Constituintes como uma jovem promessa dos “anos da propaganda”. Integra a designada Geração do Resgate, revolucionária e radical, profundamente anticlerical e, simultaneamente, democrática e socializante.

Desenvolveu uma intensa atividade política e parlamentar, como um convicto afonsista, numa primeira fase do regime, até ao golpe sidonista.

Depois da “guerra civil”, empenhou-se na refundação da República. É durante esta segunda fase que faz o trânsito para o PSP, de que se tornou líder em 1920.

Manteve a condição de parlamentar - com um significativo interregno entre 1921-1925 –, até à queda da República, mas abandonou o Parlamento uma semana antes do Golpe Militar de 28 de Maio. Neste período, livre da atividade parlamentar, enceta uma reorganização do PSP, especialmente a partir do X Congresso Nacional do partido, realizado em Tomar, em 1922. A partir destes anos, no Parlamento ou na imprensa, Ramada Curto e os seus “companheiros” socialistas assumem-se como uma espécie de consciência crítica da República.

O livro continua a acompanhar o seu percurso socialista durante a Ditadura Militar, até à Conferência de Coimbra de 1933, onde fica clarificada a estratégia do PSP, tanto no que diz respeito às suas relações com a Ditadura Militar/Estado Novo, como no que concerne à tática seguida nas relações com as restantes oposições.

O trabalho alicerça-se sobre a dimensão processual da atividade política de Ramada Curto, articulando, por patamares, a implantação, consolidação e queda do regime republicano com a experiência individual: i) do estudante que contribuiu para a “sindicalização” da luta estudantil e desse modo se tornou um obreiro indiscutível da República; ii) do Constituinte e do parlamentar que lutou arduamente pela instalação de um novo regime, por meio de um processo revolucionário; iii) do homem de Direito que quis harmonizar as leis do país com os novos princípios democráticos em que acreditava; iv) do combatente que exigia uma República democrática e social; v) ou, por fim, do militante que acreditou na via reformista do socialismo democrático, ao mesmo tempo que em Portugal e na Europa vingavam as experiências totalitárias. Ramada foi um advogado ilustre em casos que, pelas suas relações com o mundo político, escancaravam as portas para o interior do regime, como aconteceu com o processo sobre a Noite Sangrenta ou com o processo sobre O Caso Angola e Metrópole; como muitos outros, foi também advogado de opositores à Ditadura Militar e ao Estado Novo. Personalidade multifacetada, Ramada foi, ainda, um dramaturgo de renome, “o mais fecundo autor de teatro” português no período entre as duas Guerras, como considerou o insuspeito Luís Francisco Rebelo.